

A CRISE DO CAPITAL, MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E SEUS EFEITOS NA FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA DA INDÚSTRIA NO CEARÁ

R. J. de P. A.
Doutorando em Educação Brasileira – UFC;
e-mail: albuca@fortalnet.com.br

RESUMO

Este artigo faz parte da dissertação de mestrado, tem por objetivo refletir as mudanças no processo de qualificação básica do trabalhador da indústria do Estado do Ceará, tendo como recorte os finais da década de 1980 e os anos de 1990, que trazem significativas transformações econômicas e sociais a partir do processo de reestruturação produtiva, implementação de políticas neoliberalizantes no cenário nacional e suas conseqüências em território local. O quadro teórico apóia-se no materialismo histórico-dialético, caracterizado pela tentativa de entendimento do objeto de pesquisa a partir da superação entre sujeito e objeto no âmbito das relações contraditórias da luta de classes. No campo histórico fundamentamo-nos no pensamento de Geraldo Nobre (2001) para entender as transformações ocorridas no Ceará a partir dos anos de 1980. Para o debate usamos autores como Arrais Neto (2002) que discorre sobre as contradições imanentes do discurso da qualificação para empregabilidade e Frigotto (1993 e 1999) que revigora a discussão sobre a Teoria do Capital Humano e o investimento na classe trabalhadora como forma reprodutora das relações do sistema. Em suma podemos concluir que a entrada de um empresário na política do Ceará trouxe conseqüências não só no campo econômico, mas fundamentalmente uma mudança no campo ideológico da educação da classe trabalhadora da indústria.

Palavras Chave: Productive Restructuring, Industrial Bourgeoisie, Vocational Training, Education, Labor.

ABSTRACT

This article is part of the doctor dissertation and aims to reflect the changes in the process of basic qualification of the industry worker in the state of Ceará, focusing on the later 1980s and the 1990s, bringing significant economic and social transformations from the restructuring process, implementation of neoliberal politics on the national scene and its consequences on the local territory. The theoretical framework gets on the historical and dialectical materialism, characterized by the attempt to understand the object of research from the overrun between subject and object in the context of the contradictory relations of struggle of classes. In the historical field it was fundamented on Geraldo Nobre's (2001) thought to understand the changes in Ceará from the 1980s. For authors it was used the debate as Arrais Neto (2002) that discusses the inherent contradictions of the discourse of qualification for employability and Frigotto (1993 and 1999), which reinvigorates the discussion of the Theory of Human Capital and investment in the working class as a form of reproductive relations in the system. In summary, it was concluded that the entry of an entrepreneur in the politics of Ceará has implications not only in the economic field, but fundamentally a change in the ideological field of education of the working class in the industry.

Palavras Chave: Reestruturação Produtiva, Burguesia Industrial, Qualificação Profissional, Educação do Trabalhador.

1. Introdução

“nada vos oferto além destas mortes que me alimento.
Caminhos não há, mas os pés na grama os inventarão.
Aqui se inicia uma viagem clara para encantação.”

Ferreira Gullar – Poemas Portugueses (4)

Iniciamos esse artigo com um poema de Ferreira Gullar que muito nos inspira no caminhar da discussão sobre a qualificação da classe trabalhadora da indústria no Estado do Ceará a partir dos anos de 1980. De certa forma não pretendemos apenas construir um resgate histórico do recorte temporal ao qual pretendemos nos debruçar, mas também e principalmente trazer à tona as transformações atravessadas pela classe trabalhadora da indústria mediante ao severo processo de reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho em nível nacional e suas avassaladoras conseqüências em âmbito local. Assim, aqui se inicia uma clara incursão.

Em meados da década de 70, com continuidade na década de 80, o modelo de sociedade embasado no *American way of life*ⁱ começa a desmoronar, e os principais responsáveis são: a saturação do mercado interno (superacumulação) que perfaz uma grande acumulação de produtos sem ter mercado para seu escoamento, a queda da demanda, ou seja, como os produtos se acumulavam nas fábricas não existiam solicitações de compra, que nesse caminho ocorria à baixa produtividade e lucratividade para o sistema capitalista, e, por fim, o problema fiscal da economia americana e aceleração da inflação (HARVEY, 2001).

No entender de Harvey (2001), esse período de crise se autodenominou Fordista-Keynesiana. Fordista, porque a forma como o trabalhador repetia seus atos e se relacionava com o maquinário e conseqüentemente a estrutura do mercado, já não supria a exigente demanda do sistema. Keynesiana porque a estrutura montada para a intervenção do Estado na economia, com uma política de rendas com ganho de produtividade, um plano de previdência social e toda uma estrutura de políticas sociais já não continha o modelo social estruturado na concentração de renda e exclusão social (FRIGOTTO, 1999).

Ancorada a essa situação, outro fator que acelerou de forma trágica à crise capitalista mundial foi quando, na década de 70, a indústria automobilística sofreu um abalo considerável com a crise do petróleo. “Desde 1973, o preço do barril de petróleo bruto quadruplicou; de 2,9 passou a 11,7 dólares”, essa alteração proporcionou um acúmulo inflacionário nos produtos derivados, fazendo com que os Estados e países industrializados aumentassem os impostos sobre tais produtos.

Diante da instabilidade da crise estrutural e a saturação do mercado, apresenta-se um novo modelo capitalista de produção o “Toyotismo”ⁱⁱ ou “Ohnismo”, como alguns autores preferem chamar. Para Gounet (1999), a gênese do sistema Toyota de produção aparece já na década de 40, com o final da Segunda Guerra Mundial e o Japão derrotado pelos aliados. Porém, sua implantação progressiva se dá pela necessidade de competitividade com relação às empresas americanas.

Amparado nesses parâmetros, Gounet, explica que o toyotismo configura-se em um sistema “de organização da produção baseado em uma resposta imediata às variações da demanda e que exige, portanto, uma organização flexível do trabalho (inclusive dos trabalhadores) e integrada” (1999, p. 29).

No que se refere à estrutura, o toyotismo trabalha com os princípios do *kanban* e *Just-in-time*. Para Coriat (*apud* GOUNET, 1999, p. 27), o primeiro resumiu-se em um processo de organização da produção onde se instala uma espécie de placa indicando muitas situações, porém a principal é a ligação à peça ou o elemento ao qual está conectada, dessa forma, quando a “equipe precisa de um painel para o carro que está montando, pega um painel na reserva.” O segundo é um sistema de administração da produção, o produto ou matéria prima chega ao local de utilização somente no momento exato em que for necessário.

Porém, a etapa mais importante de transformação do sistema capitalista no decorrer da crise estrutural desencadeada em meados da década de 70, foi à redefinição dos conceitos a respeito da classe trabalhadora, ou seja, no toyotismo o trabalhador passa a ser o ponto principal de investimento no processo de acumulação capitalista, pois a intensificação do trabalho faz com que a mão-de-obra empregada seja mais intensa que antes, em complemento, a flexibilização da produção exige flexibilidade de trabalho e de trabalhadores.

Ancorada a essa situação e preenchendo a necessidade de investimento no processo de formação da classe trabalhadora, os anos de 1950 a 1970 respondem pelo surgimento no âmbito da esfera econômica da “Teoria do Capital Humano”ⁱⁱⁱ que reforça o investimento no treinamento e educação dos trabalhadores. Segundo Frigotto (1999), a idéia de “Capital Humano” surge até bem antes da década de 50, mas se desenvolve de forma sistemática no início dos anos de 60. Elaborada na Escola Econômica de Chicago por Theodoro Schultz (Premio Nobel de Economia em 1979) e Gary Becker, a teoria concentra-se no seguinte conceito:

O conceito de capital humano – busca traduzir o montante de investimento que uma nação faz ou os indivíduos fazem, na expectativa de retornos adicionais futuros. Do ponto de vista macroeconômico, o investimento no “fator humano” passa a significar um dos

determinantes básicos para aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista microeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, conseqüentemente, de mobilidade social. (FRIGOTTO, 1999, p. 41).

Esse fato impulsionou a necessidade em maior rapidez de cursos para formação da classe trabalhadora. A partir da Teoria do Capital Humano, o mundo produtivo imprime uma velocidade no que diz respeito ao processo de qualificação dos trabalhadores. A acumulação de capital passa a interagir com novas ferramentas de disputa, no caso a educação. O investimento nessa área traria em longo prazo um fortalecimento da economia, atingindo níveis mínimos de desemprego e um aumento da produtividade (FRIGOTTO 1999).

No cenário brasileiro a chegada do Sistema Toyota de Produção acarreta especificidades muito particulares, em nossa análise e dessa forma corroboramos com a discussão de Alves (2005), que a implantação desse novo modelo não foi executada em sua inteireza. A hipótese lançada pelo autor é que no Brasil, o toyotismo teve em seu desdobramento, uma complexidade particular, visto ser um país da periferia capitalista e supostamente o desenvolvimento do processo de industrialização ter ocorrido de forma tardia, fatores esses que contribuíram para uma não implantação do sistema em sua forma completa. A tese discutida por Alves (2005) é legítima à medida que se concretiza uma análise das empresas implantadas no interior nordestino depois da década de 70. O autor declara que o que ocorreu no Brasil foi uma forma de “toyotismo restrito”^{iv} e não o processo em sua completude. O fato é que o cenário industrial brasileiro vive uma “expressão fenomênica” desse universo da reestruturação produtiva. A passagem do sistema fordista/taylorista para o toyotista ainda não foi contemplada em nível mundial.

Em contra ponto a essa situação, e provocando uma discussão sobre o assunto, Soares (2002, p. 37) em pesquisa sobre o ajuste neoliberal no Brasil, explica que em uma perspectiva histórico-crítica essas “expressões fenomênicas” da realidade parecem indicar que as condições para um processo de estabilização e retomado do crescimento são múltiplas e complexas, pois “o Brasil, no início dos anos 80, já havia se tornado o caso mais avançado de industrialização da América Latina.” O autor explica que essa condição foi dada tanto pelo padrão da indústria brasileira, como pelo grau de articulação interestadual e pela sua inserção internacional. Parece-nos que o Brasil é um país no mínimo contraditório em sua gênese, ao mesmo tempo em que convive com regiões de extrema pobreza convive com regiões com um alto nível de industrialização. E é exatamente sobre a situação dos efeitos do processo de industrialização que focaremos os itens a seguir.

2. A consolidação da política neoliberal nas terras alencarinhas e seus efeitos para a classe trabalhadora Jovem da indústria

O período de oito anos que corresponde ao governo de Fernando Henrique Cardoso foi marcado pela direção neoliberal no setor. Todavia, segundo Fernandes (2005), apenas falar de privatizações e cortes de gastos públicos não conceitua um governo neoliberal, nesse caminho há outras atitudes e medidas que permitem enquadrá-lo nessa caracterização. O autor chama atenção para situações como: a) A taxa de juros mantida excessivamente alta, ao lado da abertura ao capital financeiro internacional, e uma forma de atrair para cá o chamado capital volátil, em boa parte especulativa; b) A questão das reformas propostas por FHC, como as da Previdência, Administrativa e da área econômica intentam abrir espaço para o setor privado, diminuindo o papel do Estado; c) A falta de medidas protecionistas, levando setores inteiros da economia brasileira, principalmente o pólo calçadista, têxtil e de autopeças, e, com eles, vão-se os empregos, enquanto os “consumidores” podem comprar tênis americanos da Nike fabricados na China, na Coreia, na Indonésia, na Tailândia, onde adolescentes e mulheres trabalham 15, 16 horas por dia em troca de um salário diário de US\$ 1,80.

O Plano Neoliberal para o Brasil teve seu ápice nos anos de governo de Fernando Henrique Cardoso. A proposta era que os Estados brasileiros acompanhassem essa vertente, impulsionando a economia regional, estabelecendo novas situações para a acumulação capitalista em sintonia com a “mundialização do capital”. O Estado do Ceará acompanhou essa vertente introduzida pelo governo Federal mais duramente na década de 90, como podemos observar.

Nos finais dos anos de 1980 e início de 1990, chega ao poder o empresário Tasso Ribeiro Jereissati. Representante da elite empresarial e responsável pelo grupo “*The Coca-Cola Export Corporation*”, Tasso governou o Ceará em três mandatos específicos, o primeiro dos anos de 1987-1990, o segundo de 1995-1998 e o terceiro de 1999-2002.

No campo político, a bandeira levantada para o governo tinha como slogan “O Governo das Mudanças”, que, basicamente, revelava como intenção, estabelecer através de uma reforma político-administrativa do Estado novas condições para se criar um nível de desenvolvimento local, onde o Ceará se tornasse moderno e competitivo.

Em seu primeiro mandato (1987-1991), Tasso fortalece o campo político neoliberal através de parcerias com outros representantes da burguesia industrial cearense, especificamente de órgãos como a Federação da Indústria do Estado do Ceará (FIEC), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Centro Industrial do Ceará

(CIC). Esse fortalecimento das bases empresariais em conjunto com ações oriundas do Plano das Mudanças (1987) faz com que o Ceará se torne o Estado com maior disponibilidade em receber o ramo industrial.

A partir dessa campanha, Farias (1997) comenta que, nessa época, instalou-se no Ceará em torno de 454 empresas industriais^v, principalmente nos ramos metal mecânico, calçadista, têxtil, de confecções e eletro-eletrônicos. A corrida para a instalação de empresas nacionais e estrangeiras que chegaram ao Ceará na década de 1990 vai paulatinamente exigindo um perfil diferenciado da força de trabalho operária, além de produzir uma mudança circunstancial na formação da classe trabalhadora da indústria.

Segundo o documento “O Ceará Plano das Mudanças -1987-1991” a intenção era “elevar o nível educacional, cultural, e tecnológico do homem cearense para que ele possa assumir seu destino”, a nosso ver, o destino era servir as indústrias existentes. No corpo do documento fica mais explícito essa intenção, “a implantação de uma nova escola, que coloque os conhecimentos técnicos a serviço do povo...”. Mais uma vez ocorre a legitimação e distanciamento do ensino propedêutico para uma elite e o ensino técnico para a população trabalhadora. (1987-1991, p. 27)

A priori, nos questionamos que mudanças sofrem a classe trabalhadora da indústria à medida que o setor empresarial resolve dar conta da sua formação? Que formação a classe burguesa industrial cearense pode propor a classe trabalhadora, que não uma formação concebida a partir da ideologia dessa mesma classe? Partimos do princípio que o objetivo do capitalista é o lucro, necessitando incessantemente sobreviver à concorrência do mercado.

3. O discurso da qualificação para o trabalho e o novo trabalhador para as indústrias cearenses

De certa forma, no primeiro momento o que interessava era uma mão-de-obra barata e em quantidade elevada para dar conta da enxurrada de empresas que o Ceará começou a abrigar a partir dos anos de 1990. Situação como essa reflete, na íntegra, o processo severo do avanço do capital mundializado em regiões pobres como o Estado do Ceará, onde o sistema procura apropriar-se de uma mão-de-obra a baixos custos e sem organização sindical que de forma contundente debilitar a força dos trabalhadores enquanto classe social.

O ato em oferecer mão-de-obra de baixo custo era suficiente para atender as necessidades das empresas que se instalaram aqui foi ficando cada vez mais frágil. Isto porque o impacto das novas tecnologias advindas do processo de reestruturação produtiva desenvolve uma nova objetividade no mundo do trabalho. Essa objetividade configura-se no conceito de

qualificação como fator de ascensão social e empregabilidade. De forma notória, por essa via, a educação tornou-se papel preponderante para tal destino. Retomaremos a década de 90 para que possamos entender como essa estratégia foi se constituindo no âmbito da Federação das Indústrias do Estado do Ceará e, por consequência, nos órgãos SESI e SENAI^{vi} representativos dessa classe.

A Federação das Indústrias do Ceará (FIEC) é a principal entidade de representação das indústrias do Estado do Ceará. Sua inauguração foi em 12 de maio de 1950, congregando cinco sindicatos, os quais: Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado do Ceará, Sindicato da Construção Civil de Fortaleza, Sindicato da Indústria de Calçados de Fortaleza, Sindicato da Indústria de Topografia de Fortaleza e Sindicato de Alfaiataria e Confecção de Roupas para Homens de Fortaleza. Segundo Nobre (2002), a entidade teve como objetivo prioritário contribuir com as indústrias cearenses para a manutenção das casas Serviço Nacionais de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Social da Indústria (SESI).

A partir de então, a formação da classe trabalhadora da indústria no Estado do Ceará passa a ser ponto convergente para a FIEC e seus órgãos vinculados. O pensamento empresarial da instituição situa-se no campo da relação entre crescimento econômico, educação e conhecimento, ou seja, para a classe empresarial a educação e o conhecimento são os caminhos para aumentar a produtividade, gerar maiores oportunidades de empreendedorismo.

Partindo princípio que educação e conhecimento são ferramentas de manobra usadas pelo capital, constatamos que no momento atual, a sociedade tem intensificado o discurso sobre a formação/qualificação do trabalhador. Parece-nos que esse fato não é por acaso e sim porque a ausência de postos de trabalho empurra a classe para uma disputa sem precedentes por cargos no mercado formal. Esse fato é explicado por Antunes (2005), quando relata que a classe trabalhadora com o advento da “metamorfose do mundo do trabalho” tem sofrido um processo de qualificação e desqualificação setoriais. Setores como o da siderurgia com advento da descoberta de novas matérias-primas, criou-se uma relativa intelectualização do trabalho, porém, em outros setores como a indústria automobilística, portuários, trabalhadores da construção se “desqualificou e precarizou-se”.

Todavia, na compreensão de Arrais Neto (2002), essa suposta elevação da qualificação profissional em alguns setores e outros não, são vazios de sentido. O autor chama atenção para o significado do conceito de qualificação difundida por muitos estudiosos como sendo o avançar da intelectualização da classe trabalhadora. O fato é que a

multifuncionalidade, em sendo submetida à heteronomia, com as conseqüentes características de submissão e sobre-exploração, é parte de um processo geral de desqualificação contrariamente ao que sugerem seus apologistas que chegaram a ver nos processos de polivalência funcional o germe da implantação da politecnia e da omnilateralidade. (ARRAIS NETO, 2002, p. 10).

Corroborar-se com o autor na perspectiva de entender que enquanto o conceito de qualificação dos trabalhadores estiver voltado apenas para o fazer produtivo ou para empregabilidade, sem a preocupação com a dimensão da ação humana na sua totalidade, este cumpre apenas um papel social, pois não “rompe com a alienação e o estranhamento seja em que níveis e atividades estes se manifestem” (ARRAIS NETO, 2002, p. 13).

Esse quadro posto para sociedade vai ao longo do tempo montando um novo e complexo perfil de trabalhador. No entender de Alves (2005, p. 254), a própria idéia de “qualificação” passa a ter um novo sentido, não se configurando mais como um “depositário de conhecimentos e habilidades”, e, sim, como “competência, capacidade de agir, intervir, decidir em situações nem sempre previstas ou previsíveis.”.

Nesse cenário, sendo a qualificação profissional ponto central nas preocupações da classe burguesa industrial cearense, qual o perfil exigido para esses trabalhadores nesse “novo momento do capitalismo”?

Para Carvalho (1999, p. 19), esse novo momento requer um trabalhador que tenha não apenas o domínio de conhecimentos científicos, “mas saber transformar esses conhecimentos em ações orientadas para fins específicos”.

No Ceará especificamente, dos anos de 1990 para os dias atuais, as exigências para a classe trabalhadora da indústria no que se refere ao mercado de trabalho foi constituindo-se de forma mais acirrada, o processo seletivo tornou-se um mecanismo de triagem humana e as exigências de uma melhor qualificação via processo educativo é a ferramenta dessa triagem. A exemplo disso, observa-se em qualquer jornal da cidade as páginas de empregos, a elevação da escolaridade para determinados cargos alterou-se nessas duas últimas décadas, impondo a classe trabalhadora de um modo geral uma corrida desenfreada para aquisição de cursos de qualificação, que em nossa compreensão respondem momentaneamente, mas não em definitivo como ferramenta que agrega valor a força de trabalho desse operário. Explicaremos essa situação a seguir.

Vamos que um trabalhador esteja exercendo uma função em uma empresa x e necessite fazer um determinado curso, pois a empresa vai trocar seu maquinário, assim o trabalhador faz a qualificação para aquela situação, ou seja, para atender aquela demanda.

Tempos depois, ele sai do local e vai procurar emprego em outra empresa, a maioria das vezes aquela qualificação feita por ele não passa a ter valor na hora de disputar a vaga, porque é muito específico do local onde ele trabalhou.

Esse fato torna os cursos de qualificação para essa classe pontual e fragmentada. Todavia, percebemos que nessa onda da qualificação o que realmente transparece é a necessidade do trabalhador estar sempre ocupado com cursos de aperfeiçoamento.

Retomaremos o vínculo com a discussão sobre a qualificação instantânea que nos parece em primeiro momento, um bom exemplo do que pretendemos conceituar e como esse tipo de qualificação que se institui na esfera produtiva. É relevante salientar que essa situação momentânea não faz frente à falta de qualificação da classe com relação às dificuldades oriundas do fazer laboral. Corroboramos com Arrais Neto na seguinte constatação:

[...] estamos nos movendo nos limites e no terreno de uma qualificação idealista (eminentemente reduzida ao aspecto formal) que, como a suposta (e igualmente idealista e formal) liberdade burguesa, nunca se consolida numa práxis global de existência autenticamente qualificada. (2002, p. 13-14)

O aspecto da qualificação instantânea está presente nas possibilidades do que discutimos sobre cursos rápidos de formação para a classe trabalhadora da indústria. Certos cursos não têm perspectiva de ultrapassar o mero aspecto formal, portanto, situações que expressão uma formação apenas emergencial para os trabalhadores, sem a possibilidade de vislumbrar um novo caminho que se configure na real possibilidade de formação humana, não faz frente à severa destruição provocada pelo sistema capitalista. Muito pelo contrário, a formação laboral no capitalismo se constitui em um dos elementos necessário à extração da mais valia. Carvalho (1989) discute essa idéia quando expressa que:

A relação entre mais valia e qualificação leva a busca constante de diminuição dos poros da produção, de organizar o trabalho de modo a explorar as potencialidades do trabalhador, de introduzir tecnologias que possibilitem diminuição do tempo de trabalho necessário e aumento de trabalho excedente. (1999, p. 52)

No caso do Ceará, a era tassistas acentuou essa configuração de apenas uma formação emergencial para suprir um desejo maior que o governador Tasso Jereissati tinha na época, que era investimentos e beneficiamentos de empresários locais, nacionais e o atrelamento a uma política neoliberal internacional. (QUEIROZ 2008)

A partir desse ponto, corroboramos com Tonet, quando expõe que não há a mínima possibilidade, sob o capital, de a educação trazer uma condição de emancipação, pois

[...] o pleno desabrochar destas possibilidades, entretanto, é bloqueado e

pervertido pelas relações sociais fundadas na propriedade privada. Vale dizer, a divisão social do trabalho é intensificada; o acesso à educação é cada vez mais dificultado; os próprios conteúdos são cada vez mais fragmentados e alienados; o processo educativo é sempre mais submetido às regras do mercado. De tudo isso resulta uma formação dos indivíduos cada vez mais unilateral, deformada e empobrecida. (2005, p. 209)

Para o autor, o que no mínimo pode acontecer sob a rígida lógica capitalista são atividades emancipadoras, que, complementando, acreditamos que não fazem frente à lógica desumanizadora do sistema. Assim, retomamos, expressando que o discurso sobre qualificação proferido pela classe industrial cearense reveste-se de um caráter humanista, porém, na sua essência, reafirma o caráter utilitarista, economicista e produtivista da relação trabalho e educação (CARVALHO 1999).

4. Apreciação Crítica – à Guisa de Conclusão

A luz dessas questões discutidas acima parece-nos que urge a necessidade de compreendermos com maior profundidade as transformações ocorrida no processo de formação da classe trabalhadora da indústria nas terras cearenses. Entendemos que a política neoliberalizante que tomou conta do país teve seus frutos implantados na política local fortalecendo a classe burguesa industrial e toda sua correlação de forças, tornando-se assim um território minado no que se refere ao processo de formação da classe trabalhadora da indústria.

Como podemos ver a classe burguesa industrial, no momento, é a classe mais atuante no debate educacional. Carvalho (1999) em pesquisa sobre as relações capitalistas e a formação dos trabalhadores, chama atenção para o fato de que a atuação dessa classe tem se dado das formas mais diversas, seja “através de reivindicações que sempre tiveram presentes em sua agenda, como ensino técnico, seja através da intervenção severa no processo educativo”. (1999, p. 117)

No Ceará esse processo não foi diferente, a classe burguesa cearense apoderou-se do discurso intelectualizado acadêmico com relação ao processo de formação da classe trabalhadora para criar condições para uma maior competitividade nas indústrias. O caso é que o tipo de formação que a classe burguesa industrial propaga é em nossa análise emergencial e instantânea, não agregando valor a formação da classe trabalhadora.

5- Referências Bibliográficas

- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho reestruturação** produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ARRAIS NETO, Enéas de Araújo. Por uma crítica a sociologia do trabalho: a releitura dos processos de qualificação para politecnicidade. In. ARAAIS NETO, Enéas et al. **Trabalho e educação face a crise global do capitalismo**. Fortaleza: UFC, 2002.
- ARRAIS NETO, Enéas de Araújo; VALE, Erlânia Sobral (org.). **Política educacional e social**. Fortaleza: UFC, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil: Collor, FHC e Lula**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- CARVALHO, Celso do Prado Ferraz de. **A educação cidadã na visão empresarial: o telecurso 2000**. Campinas/SP: Autores Associados, 1999.
- CEARÁ. Governo Tasso Jereissati. **Plano de mudanças**. Fortaleza: IOCE, 1987.
- FRIGOTTO, G. **A Produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômica social-capitalista**. 3. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.
- _____. **Educação e a crise do capitalismo real**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 1999.
- KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- KOBER, Cláudia Mattos. **A qualificação profissional do ponto de vista de trabalhadores da indústria**. 12 jan. 2008. Disponível em: <<http://anped.org.br/reunioes/25/claudiamattoskobert09.rtf>>. Acesso em: 27 jun. 2009.
- NOBRE, Geraldo da Silva. **O Processo histórico da industrialização do Ceará**. 2. ed. rev. e ampl. Fortaleza: FIEC, 2001.
- PAIVA, Vanilda. **Transformação Produtiva e Equidade**. Editora Papyrus. 1994
- RODRIGUES, José dos Santos. **O Moderno Príncipe Industrial: o Pensamento Pedagógico da Confederação Nacional da Indústria**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas: 1997.
- TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí: 2005.

ⁱ Nos Estados Unidos, os felizes anos 20 (1924-1929) foram marcados pela prosperidade econômica. A melhora do nível de vida foi alcançada graças à espetacular evolução da técnica, à organização do trabalho, ao desenvolvimento das indústrias químicas, mecânica e elétrica, à concentração de empresas, ao consumismo acelerado e ao crescimento industrial norte-americano, estimulado pelo forte protecionismo. O *american way of life* (ou “estilo de vida americano”) foi desenvolvido na década de 20, amparado pelo bem-estar econômico que desfrutavam os Estados Unidos. O sinal mais significativo deste *way of life* é o consumismo, materializado na compra exagerada de eletrodomésticos e veículos (BRAGA NETO, 2002).

ⁱⁱ A nova organização de trabalho foi implantada progressivamente, nas duas décadas de 50 a 70, na Toyota. Tem uma dupla origem, primeiramente, as empresas japonesas precisavam ser tão competitivas quantos as americanas. A segunda origem é a necessidade de aplicar o Fordismo no Japão, mas conforme as condições próprias do arquipélago, Kiichiro Toyoda, vice-presidente da Toyota considerado o pai do toyotismo, lança mão do potencial de pesquisa e criatividade para conceber um método produtivo adaptado a situação (GOUNET 1999, p. 25)

ⁱⁱⁱ A construção sistemática desta “teoria” deu-se no grupo de estudos do desenvolvimento coordenados por Theodoro Schultz nos EUA, na década de 50. O enigma para a equipe de Schultz era descobrir o “germe”, a “bactéria”, o fator que pudesse explicar, para além dos usuais fatores A (nível de tecnologia), K (insumos de capital) e L (insumos de mão de obra), dentro da fórmula geral neoclássica de Cobb Douglas, as variações do desenvolvimento e subdesenvolvimento entre os países. Schultz notabiliza-se com a “descoberta” do fator H, a partir da qual elabora um livro sintetizando a “teoria” do capital humano, que lhe valeu o Prêmio Nobel de Economia em 1968. No Brasil, esta teoria é rapidamente alçada ao plano das teorias do desenvolvimento e da equalização social no contexto do milagre econômico. [...] A disseminação da “teoria” do capital humano, como panacéia da solução das desigualdades entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e entre indivíduos, foi rápida nos países latino-americanos e de Terceiro Mundo, mediante os organismos internacionais (BID, BIRD, OIT, UNESCO, FMI, USAID, UNICEF) e regionais (CEPAL, CINTERFOR), que representam predominantemente a visão e os interesses do capitalismo integrado ao grande capital (FRIGOTTO, 1999, p. 41).

^{iv} Achamos prudente usar a nomenclatura cunhada por Alves “Toyotismo Restrito”, pois é a que mais se adéqua ao processo de industrialização que vive as empresas no Estado do Ceará. Segundo o autor é a partir da crise da dívida externa, em 1981, que contribuiu para os primeiros surtos de reestruturação produtiva no Brasil. [...] Sob inspiração do Fundo Monetário Internacional (FMI), adotou-se uma política recessiva, que contraiu de modo brutal, o mercado interno (as importações de bens e serviços) e incentivou as exportações para o mercado internacional. Esse fato traz a necessidade de elevação da produtividade por meio da reorganização da produção. Nesse momento a indústria brasileira absorve algumas técnicas de gestão da produção como os CCQs (círculos de controle da qualidade), *Just-in-time* e *Kamban*. Essa mescla de novos paradigmas industriais, ou seja, novas estratégias de qualidade e produtividade adaptando-se as particularidades da exploração capitalista no mercado brasileiro é a lógica dos anos de 1980 e tem como nomenclatura “toyotismo restrito” (ALVES 2005)

^v O governo de Tasso desenvolve uma agressiva política fiscal, atraindo capitais nacionais e estrangeiros. Para as indústrias, o governo financia os terrenos, garante a infra-estrutura e oferece isenções de impostos; as empresas têm isenção de 75% do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por seis anos se estiverem instaladas na região metropolitana de Fortaleza; por 10 anos, a partir de 40km; por 13 anos, depois de 300 km e por 15 anos a mais de 500km da capital. Nessa fase foram implantadas as seguintes empresas: grupo Vicunha, grupo Gerdau e Artex (FARIAS 1997, p. 266).

^{vi} SESI – Serviço Social da Indústria e SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

Maryland Bessa Pereira Maia
Doutoranda em Educação Brasileira – UFC, bolsista CNPQ;
e-mail: mbmaia2007@yahoo.com.br